

## Apresentação

*Surya Aaronovich Pombo de Barros*  
*Teresa Cristina Furtado Matos*

*vai dizer ao meu sinbô  
que a manteiga derramou  
a manteiga não é minha  
a manteiga é de iô-iô*  
Domínio Público

Reivindicação histórica dos movimentos negros brasileiros, as políticas de ações afirmativas para o ensino superior estão na pauta dos debates sobre políticas educacionais desde o final da década de 90 do século XX. Em 1995, o governo federal implantou um Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra composto por pesquisadores, políticos e lideranças negras que foram convidados pelo governo brasileiro a fim de estimular políticas de valorização da população negra (SILVÉRIO, 2003), e que promoveu, no ano seguinte, o Seminário Internacional “Multiculturalismo e racismo: o papel da ação afirmativa nos Estados democráticos contemporâneos”. Em seguida, uma comissão presidida pelo Secretário de Estados de Direitos Humanos, e composta por agentes estatais e representantes de movimentos sociais (especialmente o Movimento Negro), foi criada a fim de representar o Brasil na III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Correlatas, realizada em Durban, em 2001. Ancorada em pesquisas comprovando a participação desigual da população negra na sociedade brasileira (salário, saúde, escolarização, acesso a bens materiais, entre outros), a Comissão apontou as ações afirmativas como indispensáveis para romper o ciclo de desigualdades presentes na constituição da sociedade brasileira. No mesmo horizonte, o projeto de um Estatuto da Igualdade Racial, apresentado pelo Senador Paulo Paim era apresentado, contendo, entre outras propostas, a reserva de vagas em universidades públicas para estudantes negros.

Hoje, mais de uma década depois, sabe-se o resultado parcial de tais debates: 93 instituições universitárias públicas - estaduais e federais - utilizam sistemas de ingresso que levam em conta diversos fatores, e não apenas o resultado objetivo da prova de vestibular. No entanto, no período que separa os primeiros vestibulares que adotaram as cotas raciais em universidades brasileiras em 2002

– UERJ, UENF, UNEB, e 2003 - UNB, UFPR, UFA, muitas questões foram debatidas, posicionamentos foram tomados, consensos e dissensos foram gerados, o tema extrapolou os limites universitários e acadêmicos, sendo compartilhado com a opinião pública através da grande mídia e também da mídia independente. O Estatuto levou dez anos para ser aprovado, sendo alterado inclusive no que concerne às cotas raciais. As chamadas “cotas sociais” substituíram ou foram acrescidas às primeiras propostas. Movimentos negros e simpaticizantes defendem a ampliação as políticas de ações afirmativas para a permanências dos alunos cotistas com qualidade. Cotas em programas de pós-graduação já vêm sendo discutidas e implementadas, como é o caso da UNEB, que reserva 40% de vagas para alunos negros oriundos de escolas públicas nos processos seletivos para mestrado e doutorado. Algumas instituições públicas continuam se posicionando contra o ingresso via cotas. Outras, paulatinamente, vêm adotando diferenciadas formas de ações afirmativas.

Portanto, a grande quantidade de produção sobre o tema ainda não esgotou as discussões. Junto às iniciativas existentes, instituições ainda resistem às cotas, grupos que se associam à sua defesa (ou ataque) continuam entrincheirados.

A Universidade Federal da Paraíba é uma das instituições onde a discussão sobre as políticas de ações afirmativas foi realizada de forma bastante lenta. Membros de diferentes instâncias da comunidade universitária - professores, gestores, alunos - todas as categorias participaram do debate, apoiando ou negando as cotas. A discussão contou com a participação de professores e alunos na forma de pesquisas, seminários, reuniões e manifestações públicas acerca da necessidade da adoção de tal Política, uma vez que a UFPB se encontrava entre as poucas universidades públicas brasileiras que ainda não havia aderido ao sistema. Associado a esse movimento, a atuação de membros da administração universitária como pró-reitores, representantes do REUNI, entre outros, ajudaram a viabilizar tal processo.

Além de tal grupo - interno à universidade -, a pressão de movimentos sociais negros, a participação do Ministério Público e o posicionamento de parte da opinião pública, somados aos esforços já mencionados, corroboraram a importância da aprovação da Política de Ações Afirmativas na UFPB. Assim, foi aprovada em 2010 a proposta para a reserva de vagas para o vestibular a partir de 2011. A opção da UFPB foi pelo modelo das cotas sociais com recorte etnicorracial, a ser adotado paulatinamente. Ou seja, até 2014 serão reservadas 40% das vagas a ser ocupadas por estudantes oriundos de escola pública (todo o ensino médio e, no mínimo, 3 anos do ensino fundamental). Dessas vagas 5% serão reservadas para pessoas com deficiência, e as demais divididas de acordo com o pertencimento etnicorracial do Estado da Paraíba segundo o IBGE: 56,2% para os autodeclarados negros (pretos ou pardos) e 0,29% para os indígenas.

Há uma grande expectativa da comunidade universitária, assim como da sociedade paraibana, sobre os primeiros resultados dessa política. É no bojo desse debate que a Revista Política e Trabalho apresenta o dossiê Cotas Raciais.

Os artigos que compõem este dossiê abordam diferentes aspectos da implantação das ações afirmativas no Brasil, em especial no campo da educação superior pública. Do debate teórico sobre a importância e o impacto das cotas nas IES públicas à avaliação de experiências, passando pela análise da construção dos posicionamentos favoráveis ou contrários a elas.

Uma instigante entrevista com Sérgio Costa, professor titular de sociologia e diretor do Instituto de Estudos Latino-Americanos da Freie Universität Berlin, inicia este dossiê. O autor de “Dois Atlânticos: Teoria Social, anti-racismo, cosmopolitismo”, discute o caráter político-cultural das ações afirmativas, ponderando sobre o desenho das políticas adotadas, bem como o seu futuro em termos da superação de desigualdades historicamente construídas e reproduzidas. Costa aborda um aspecto decorrente do debate suscitado pelas cotas raciais, ainda pouco explorado nas análises que vêm sendo feitas no Brasil: “as cotas, na medida que são percebidas como ameaça ao controle de velhas elites sobre determinados bens e espaços de poder, produziram, como reação, a construção de grupos que se auto-representam como brancos”. O autor reflete, ainda, sobre os resultados do debate sobre as cotas: “tem servido para conter excessos racialistas e enquadrar ufanistas do Brasil mestiço”.

O artigo de Karine Pereira Goss, “O debate intelectual sobre as ações afirmativas para estudantes negros no Brasil” analisa os discursos favoráveis e contrários às cotas produzidos pela *intelligentsia* brasileira nos últimos dez anos. A autora reflete sobre as posições dos intelectuais, particularmente das ciências sociais, que, longe de serem apenas acadêmicas, mesmo que assim se advoguem, são eminentemente políticas. Utilizando a tipologia criada por Albert Hirschman - *retórica conservadora* e *retórica progressista*, assim como as teses a elas associadas - *futilidade*, *perversidade* e *ameaça*, Goss realiza uma minuciosa e criativa análise dos discursos e do lugar político que estes ocuparam no debate público sobre as cotas raciais.

Sales Agustos dos Santos, em “Universidades públicas, sistemas de cotas para estudantes negros e disputas acadêmico-políticas no Brasil contemporâneo”, indaga o que se disputa quando da discussão sobre as cotas raciais no Brasil. O autor identifica duas questões: 1. “quem pode aspirar a fazer parte das elites brasileiras” e 2. “controle da produção de conhecimento sobre negros ou sobre a questão racial no Brasil”. Para discutir a primeira questão, realiza um levantamento sobre a composição racial x lugar de formação das elites dirigentes do país, a partir do Superior Tribunal Federal (Ministros), do Ministério da Educação e Cultura (ministros) e Senado (consultores legislativos). Por fim, discute o novo

momento de reflexão sobre a questão racial no país que se faz cada vez mais com a presença de intelectuais negros, que tem recolocado os temas da área.

O texto de Maria José de Jesus Alves Cordeiro, “Ações afirmativas: políticas de acesso e permanência nas instituições de ensino superior”, analisa os sete anos de experiência da implementação das cotas para negros e indígenas realizada pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. A autora reflete não apenas sobre o acesso, mas principalmente sobre a permanência dos estudantes cotistas na universidade e os desafios postos pela política de ações afirmativas para questões como diversidade cultural, mérito e democratização do ensino superior.

Ainda no âmbito da análise de experiências, o trabalho de Francisco Jatobá de Andrade, “Perfil dos cotistas da Universidade de Pernambuco: uma primeira análise”, apresenta uma discussão inicial sobre a experiência da instituição. Utilizando uma abordagem quantitativa o autor procura demonstrar a relação entre política de cotas e processos de mobilidade relacionados à presença de estudantes negros em determinados cursos da UPE.

O dossiê apresenta, ainda, o relato de experiência sobre a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, realizado pelos gestores Rita de Cássia Dias Pereira de Jesus e Cláudio Orlando Costa do Nascimento, ambos ligados à proreitoria de ações afirmativas da universidade. Essa experiência é particularmente importante pois a UFRB representa um outro modelo de universidade. Ela é resultado do movimento de expansão da universidade pública brasileira que traz em seu bojo a discussão sobre a democratização do ensino superior que se inicia nos anos 2000. Ela incorpora desde sua criação, um conjunto de medidas inovadoras relativas ao acesso e permanência de estudantes cotistas.

Encerrando o dossiê, o artigo “Ação afirmativa na universidade brasileira: a raça que interroga a nação” de Paulo Alberto dos Santos Vieira discute como as políticas de ações afirmativas e o debate por elas instaurado teria evidenciado o esgotamento de um modelo de leitura da vida social que opera enormes discrepâncias entre discurso e ação social efetiva.

É importante destacar que nenhuma das experiências aqui apresentadas utiliza cotas estritamente raciais - as instituições reservam vagas para estudantes de escola pública, com um percentual para candidatos negros e/ou indígenas. Elas revelam a opção feita pela maioria das IES de adotar classe (social) como recorte do ingresso, diluindo nesta o critério racial. O significado dessa escolha nos faz pensar nas reflexões já clássicas das ciências sociais brasileiras sobre a dificuldade em assumir o grau de racialização que efetivamente vigora na sociedade. Emanada de nossa auto-imagem nacional e do ideário de mestiçagem, para além da ingenuidade das “divisões perigosas”, muitos autores têm discutido que é a própria narrativa nacional que está em crise (Silvério, Guimarães, Carvalho). Felizmente, à despeito das divergências de opinião, das diferenças entre as

propostas e temporalidades, da diversidade de modelos adotados, podemos concluir que avançamos em relação à música cantada por Mestre Pastinha: aos poucos, a *manteiga* não é só de iô-iô. A *manteiga* está sendo dividida.

## Referências

“A Manteiga derramou”. Chula de Domínio Público in *LP Capoeira Angola – Mestre Pastinha e sua Academia* (Philips. 1969).

BRANDÃO, André Augusto (org.). *Cotas raciais no Brasil: a primeira avaliação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2007.

CARVALHO, José Jorge *et al.* *120 anos da luta pela igualdade racial no Brasil – Manifesto em defesa da justiça e da constitucionalidade das cotas*. Brasília: Ministério da Cultura/Secretaria dos Direitos Humanos/Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, 2008, 2ª ed.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. “Acesso de negros às universidades públicas” in *Cadernos de Pesquisa* (Fundação Carlos Chagas), São Paulo, n. 118, 2003.

LIMA, Márcia. “Desigualdades raciais e políticas públicas: ações afirmativas no governo Lula”. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 88, 2010.

SILVÉRIO, Valter. “Ação Afirmativa e combate ao racismo institucional no Brasil” in III Concurso Negro e Educação. Caxambu: São Paulo: ANPED: Ação Educativa, 2003.

